

EPÍLOGO

“O que está na verdade ao nosso alcance não é mais que a possibilidade de escolher o princípio do rumo que queremos dar à nossa acção.” (Mário Moutinho, *Museologia Informal*, Dez. 2001:5)

Tomando à letra este desafio do Professor Mário Moutinho. Ou se fossemos obrigados, no fim deste trabalho, a escrever *um rumo para dar à acção*. Se a construção de um discurso museológico, enquanto expressão dos saberes, das reflexões e das leituras que realizámos nesta pesquisa e neste trabalho de Mestrado fosse uma exigência, poderíamos tentar os seguintes dois epílogos: i) Escrever a um responsável político pelo património numa autarquia a propor um trabalho museológico durante o seu mandato; ii) Escrever ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Ministério da Cultura a propor um “Projecto Museológico para a Lusofonia”.

Primeiro epílogo

MINUTA DE CARTA A ENVIAR A UM RESPONSÁVEL POLÍTICO
PELO PATRIMÓNIO DE UMA AUTARQUIA:

Assunto: *Uma Museologia, local e interdisciplinar, ao serviço do desenvolvimento e da preservação dos recursos naturais, sociais e culturais.*

Exmo. Senhor

Vários exemplos de desenvolvimento sustentável, gerados em torno de conjuntos patrimoniais edificados, e não-edificados, têm sido aproveitados como recursos em vários concelhos do país. E conduziram várias localidades a uma revitalização que, com sucesso, as recolocou no mapa dos sítios de referencia testemunhal do nosso passado colectivo. São os casos de X, Y e Z, e de muitos outros exemplos.

Esse património é um repertório de memória. Mas também demonstra que existe a possibilidade de reabilitar e dinamizar o que aparentemente parecia perdido, criando dinâmicas locais de desenvolvimento. Alguns desses exemplos, partiram de iniciativas individuais, que se alargaram e contagiaram as populações, as quais tomaram esses projectos como seus. E conduziram as respectivas comunidades a um lento mas seguro processo de desenvolvimento social, baseado: i) No património edificado. ii) Na paisagem natural envolvente, protegendo e recriando a paisagem, a flora e a fauna autóctones, com percursos de observação, quer motorizados, quer pedonais. iii) No clima, no termalismo e noutros recursos hídricos e geológicos naturais. iv) Na reabilitação de alguns saberes locais. v) Em actividades festivas tradicionais reabilitadas. vi) No turismo sustentável, sem alterar a integridade do ambiente ou a identidade cultural dos lugares. vii) Em conceitos de desenvolvimento comunitário, baseados em esforços visando favorecer o avanço social, cultural, económico, em suma humano, pela iniciativa dos seus membros.

Conjuntos edificados, outrora em ruínas, foram devolvidos a uma utilidade funcional que lhes deu nova vida. Reactivaram-se festas tradicionais quase

caídas em desuso. Impulsionou-se a recuperação de artesanato local. Fomentou-se o turismo de habitação. Um resultado possível devido a toda uma planificação e gestão integrada dos bens e valores patrimoniais existentes nesses Concelhos. Executada ao longo de vários anos, que acabariam por dar frutos, ao dinamizar, desenvolver e tirar do anonimato várias recursos que teimavam em ser desaproveitados. Essa reactivação ficou a dever-se ao esforço concertado das populações, gerando novas dinâmicas que promoveram o reaproveitamento do seu diversificado património, rumo a um desenvolvimento do qual beneficiaram.

X, Y e Z, no Concelho vizinho, são apenas modestos exemplos de “vilas mortas” que começaram lentamente a ser recuperadas e reactivadas. Quer a partir da produção do artesanato numa perspectiva economuseológica, da gastronomia tradicional, de empreendimentos de turismo de habitação e rural, de sítios musealizados que permitiram a promoção do turismo cultural. Elementos de uma política cultural que têm dado os seus frutos e, deste modo, contribuído para a manutenção e preservação de algumas comunidades que, de outro modo, estavam condenadas ao desaparecimento.

Estes exemplos, tinham em comum com este Concelho o mesmo tipo de debilidade estrutural: i) situarem-se em zonas do interior economicamente deprimidas. ii) apresentarem um acentuado declínio populacional. iii) localizarem-se longe dos grandes centros urbanos, onde é mais fácil captar recursos. iv) confrontarem-se com dificuldades de acessibilidade. Nessas localidades também predominava uma agricultura tradicional. Que, como V. Exa. sabe, está actualmente em derrocada. E a ser progressivamente

substituída por novas espécies florestais de crescimento rápido, e por uma agricultura de especialização intensiva, que brevemente exaurirão a aptidão dos solos e do clima nesses Concelho. As produções tradicionais infelizmente também não souberam, ou não quiseram, adaptar-se às novas tecnologias. A indústria não tinha igualmente expressão significativa.

Propositadamente deixámos de lado outros exemplos de grande sucesso na faixa litoral do país, ou nas proximidades de grandes pólos urbanos, como W ou K, por não servirem de termo de comparação. Mas que sofreram o mesmo tipo de dinamização patrimonial contribuindo para o desenvolvimento efectivo das suas populações. Constata-se que o denominador comum, em todos os exemplos citados, foi ter sido necessário proceder, como ponto de partida, a um estudo sobre o modo de reabilitar e dinamizar o património, privilegiando a “iniciativa comunitária” e a “participação”. De modo a tornar possível um desenvolvimento que proporcionasse o reforço da identidade cultural dos habitantes das comunidade. Mas também, todos eles, usufruíram do empenho e do apoio das suas autarquias.

É possível, creia V. Exa., a partir dos recursos patrimoniais do Concelho, mobilizar as populações, apostando na requalificação do seu modo de vida, com vista a um desenvolvimento integrado, de que sejam efectivamente elas as beneficiárias. Permitindo atrair e fixar a população, criando-lhes condições e apoios para se seduzirem pelo seu próprio desenvolvimento.

Um trabalho baseado, metodologicamente, em todas as formas de *museologia activa*. Uma museologia que alarga as suas atribuições e as funções a que

tradicionalmente se restringia (de identificação ou de conservação) para objectivos e práticas mais amplos. E que incorpora “todos os meios de desenvolvimento”. Uma “acção museológica voltada para o desenvolvimento comunitário”. No qual a investigação e a interpretação da realidade do Concelho sirvam de base à preservação da sua memória e da sua identidade. Uma museologia na qual as populações sejam simultaneamente emissoras e receptoras dos benefícios gerados, como se refere na Declaração de Québec (1984). Um trabalho cultural que desenvolva as actividades em autêntica parceria com a comunidade. E ajude a transformar o Concelho num espaço de consciência sobre a problemática social e humana, como foi declarado pela UNESCO, e pela comunidade museal em Caracas (1992). Uma museologia ao serviço da mudança social e do desenvolvimento sustentável, onde o território do Concelho seja o seu principal recurso, quer material quer cultural, como foi declarado na Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) promovida pelo Conselho Internacional de Museus.

Para este efeito deveriam ser aproveitadas as organizações e agremiações de base. Quer as vocacionadas para a convivialidade, quer as de solidariedade social. O património dos laços que mantêm serão imprescindíveis para a criação de uma dinâmica de mudança. E para o estabelecimento de novas ligações com as comunidades e regiões vizinhas com problemas idênticos. Nas quais se verifiquem atitudes concertadas de desenvolvimento que também tenham como objectivo tirar partido do património. E para uma troca e avaliação de experiências e contributos neste domínio.

Uma política cultural para o Concelho que opte trabalhar sobre um sentimento e uma ideia de si próprio, tirando partido da sua história e do seu património. Que não erga *museus* que a curto prazo sejam catedrais dispendiosas e inúteis. Optando por um trabalho museológico que privilegie o envolvimento e a participação da comunidade. Uma política cultural que se constitua como um factor do desenvolvimento do Concelho, ambicionando que seja, no futuro, um pólo aglutinador do próprio desenvolvimento regional.

Permita V. Exa., que nos seja concedido o apoio necessário a este projecto de dinamização e de desenvolvimento. Sugerindo a constituição de um grupo de trabalho que, sob a orientação da autarquia, possa apresentar até ao final deste ano o Plano de Actividades deste Projecto, devidamente orçamentado e calendarizado. Por esta razão, submetemos a V. Exa. um pedido de audiência, em data que seja considerada oportuna.

Gratos pela atenção que o assunto digne merecer de V. Exa.

Atenciosamente

O Museólogo

Segundo epílogo

Sua Excelência

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Doutor António Martins da Cruz

Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas

1399-030 Lisboa Codex

ASSUNTO: Um Museu, incontinental e polinucleado, para a Lusofonia.

Proposta de Pedro Manuel Cardoso.

Lisboa, 16 de Agosto de 2002.

Permita-nos V. Exa, a ousadia desta *proposta*.

1 - No final de um percurso de aprofundamento, prático e teórico, pela museologia, realizámos o trabalho subordinado ao título “*Preservar e Desenvolver em Museologia, contributo para o estudo do objecto e do processo museológico*” (2002). O referido trabalho, realizado no âmbito do Mestrado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, apenas é citado nesta proposta para permitir ser avaliada a credibilidade do seu autor, e a compreensão que tem do objectivo desta eventual criação de um *Museu para a Lusofonia*.

2 - Referimo-nos a um museu sem sede, e portanto sem reivindicar a materialidade de um “continente”. Incontinental porque, no *Acordo UNESCO-CPLP* de 31 de Outubro de 2000, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é definida como constituindo “*um espaço*”

geográfico descontínuo, identificado por um idioma comum”. Polinucleado porque seria um museu com pólos, nos locais de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor. Lá onde a iniciativa social, cultural e empresarial conseguisse implantá-lo. Não um projecto megalómano, exauridor de recursos e alimentador de “egos”, cuja sustentabilidade seria portanto duvidosa, ao provocar uma relação distante e burocrática com as diferentes comunidades lusófonas. Um *museu* polinucleado constituído de museus, pequenos ou grandes. Apenas construídos em cada local que conseguisse uma efectiva e autêntica parceria económica, social e cultural que permitisse repartir os custos e os benefícios. Possibilitando às comunidades concretas destes países uma rede de troca dos seus bens e valores patrimoniais. Com esta infra-estrutura museal conseguir-se-ia, eventualmente com mais dinamismo e sentido prático, mas também de forma gradual e mais sistemática, concretizar a construção, a preservação e o desenvolvimento da *identidade lusófona*. Um museu onde a participação, a divulgação, o serviço cultural às comunidades, a exposição, a documentação e a investigação das raízes comuns fossem uma itinerância constante e uma troca permanente. Onde a língua comum se pudesse reforçar numa miscegenação orientada por um objectivo cultural concreto e concretizável. Não teria que se chamar museu, poderia ser decidido outro nome, se esse processo de decisão fosse genuinamente participado pelos destinatários. Por exemplo, *centro cultural* ou *fórum*, ou outro. Este projecto serviria para dar visibilidade, de uma forma perene e sistemática, à troca de bens, valores e serviços que fossem recursos patrimoniais e recursos de identidade dessa comunidade lusófona. Para dar

visibilidade a uma troca, profunda e ampla, que uniria em identidades e em razões-de-ser os seres humanos que a compõem.

3 - Este museu incontinental e polinucleado, provavelmente, proporcionaria a construção e o desenvolvimento de uma identidade efectivamente enraizada no nosso passado histórico. As relações lusófonas que este Museu para a Lusofonia induziria cairiam com certeza no âmbito daquilo a que a recente Lei de Bases do Património chama “*parcelas estruturantes da identidade nacional e da memória colectiva portuguesas*” (Artigo 2.º, n.º 4, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, in Diário da República n.º 209, I.ª-A Série). Esta necessidade de *Memória*, que o recente Prémio Nobel da Medicina (2000) Erik Kandel referia, como sendo a condição crucial para se conseguir “*o crescimento e a mudança ao longo da vida*”, só se conseguirá construir com acções concretas e sistemáticas. A relação lusófona é uma miscegenação provada e demonstrada, pelo cruzamento multicolor de cromossomas que proporcionaram fenótipos humanos de todas as cores e feitios, que entretanto foram nascendo e mantendo a mesma língua materna. E que atingem hoje quase cento e oitenta milhões de seres humanos. Um *Museu para a Lusofonia*, assim concebido, traria certamente um benefício (cultural, social, político e económico) à nossa noção de identidade. Portanto este projecto é tanto um assunto de *Negócios Estrangeiros* como de museologia, razão pela qual foi a V. Exa. que primeiro nos dirigimos para a formularmos.

4 - Por impulso de V. Exa. foi realizado o I.º *Fórum Empresarial da CPLP*. Na “*Declaração de Brasília*” de 1 de Agosto de 2002, a *IV.ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua*

Portuguesa, aceitaria o pedido de adesão da República Democrática de Timor-Leste à CPLP. Facto para o qual V. Exa muito contribuiu. Nessa “Declaração de Brasília” seria proposta, entre outras, a ideia de se instituir um direito de cidadania comum, que conferisse no plano legal direitos efectivos aos cidadãos desta comunidade multicultural e multiétnica. Este sentimento começa a ser partilhado por muitos cidadãos portugueses. Seguindo o espírito da “Declaração de Brasília”, nomeadamente as alíneas do ponto 4, provavelmente valeria a pena tentar construir o projecto que esta proposta sugere.

Gratos pela consideração que o assunto digne merecer de V. Exa.,

O Museólogo Proponente

(assinatura)